

ao ponto de António Cândido Franco se referir a uma inexplicável «tese do *parricídio ansioso*» (p. 83), quando, de facto, aquilo que se defende é um renascimento da figura paterna *sub species* Pascoaes, por orfandade tardia e forçada (daí, jocosamente, ser apelidado de *pai tardio*).

Assim sendo, o único interesse da obra *Teixeira de Pascoaes nas palavras do surrealismo em português* reside na apresentação de informações relevantes para a compreensão do funcionamento do campo literário, no que diz respeito à lógica de forças criadas na sequência de cumplicidades e amizades geradas no seio do desenvolvimento de projetos comuns relacionados com o movimento surrealista português. Contudo, apesar do interesse de que estas questões se poderão revestir para os estudiosos do movimento, afigura-se claro que a obra publicada fica muito longe de justificar as pretensões do seu título e as ambições do seu autor (ou vice-versa). Nessa medida, o único consolo que poderá sobrar ao leitor reside, por um lado, na beleza dos desenhos de Délio Vargas e de Cruzeiro Seixas e, por outro, em reveladores momentos de devaneio linguístico e lexical do seu autor. Estes permitem-nos sorrir sobranceiramente, dada a megalomania dos seus delírios pseudo-filosóficos, ilustrada paradigmaticamente na frase seguinte: «Percebe-se: sabe tão bem neste rincão pachoucho ser *moderno* e *européu*. Ninguém doutro modo se salva, muito menos no Portugal delam-

bido da cultura, cheio de tiquetaque e urticária ao espelho duma Europa graúda e grossa» (p. 13).

Carlos Machado

LIVRO DO DESASOCEGO, Tomo I

e Tomo II, edição crítica

de Jerónimo Pizarro

FERNANDO PESSOA/BERNARDO

SOARES

Lisboa, Imprensa Nacional-Casa

da Moeda, 2010 (Série Maior, Vol. XII)

1095 páginas, ISBN: 978-972-27-1849-3

Em *Dias Comuns V. Continuação do Sol* (2010) – o último diário vindo a lume de José Gomes Ferreira (relativo ao ano de 1968) –, o autor deleita-se a saborear a ortografia da primeira edição de *Clepsydra* e alonga-se em exercícios fantasiosos sobre as possíveis emoções do seu primeiro leitor: «Desfolhei-o com a lentidão de quem caminha num museu. Ou procura um rasto» (p. 26). Noutro passo da mesma entrada, escreve: «Hei-de pedir aos meus filhos e aos filhos dos meus filhos que não se desfaçam desta primeira edição de *Clepsydra* de 1920 que a ausência de numeração, os yy, os phs, as letras dobradas, os acentos circunflexos tornam os versos mais belos e estranhos» (*ibid.*).

Idêntica sensação de estranhamento (quicá, de prazer) terá, decerto, o leitor da edição crítica de *O Livro do Desasociego*, levada a cabo por Jerónimo Pizarro em 2010, e publicada em dois

tomos na ‘Série Maior’ da Edição Crítica de Fernando Pessoa, da INCM. Seguindo o exemplo da primeira edição do livro (Ática, 1982), da responsabilidade de Maria Aliete Galhoz, Teresa Sobral Cunha e Jacinto Prado Coelho, JP mantém a ortografia original, procede igualmente à inserção das cotas do Espólio, optando, porém, pela escolha pessoana mais tardia da palavra «desasocego». O efeito de estranheza ou de desfamiliarização do leitor perante este último LD é intensificado pelo retardamento do ritmo de leitura que decorre da proximidade de símbolos típicos das edições críticas, da transcrição dos tracejados pessoanos a separar fragmentos, e de todo um conjunto de sinais gráficos que obrigam o *olhar* a deter-se mais tempo na forma e no significativo. Assim, como se convidado a um exercício de desaprendizagem, pela desautomatização da percepção e pelo não reconhecimento imediato (ou por um reconhecimento mais lento), o leitor com maior intimidade com a obra pessoana poderá ser mesmo levado a ver certos segmentos (quase) como se os visse pela primeira vez, como no famoso texto «Peristylo»: «Cysne de desasocego [sic] rhythmico, lyra de horas immortaes, harpa incerta de pesares / mythicos/ (...)» (p. 25). Ou seja: a dissociar, por breves instantes, o ato de *ver* do ato de *ler*.

Num momento em que o Novo Acordo Ortográfico continua a ser motivo de polémica, ocorre pensar numa profunda ironia: Pessoa, acér-

rimo defensor de uma grafia etimológica, hostil à Reforma Ortográfica de 1911, parece vir dizer-nos agora da historicidade da língua e da ortografia, sujeitas estas às leis dos homens e dos povos, não sendo a liberdade de traçar mais do que uma utopia barthesiana. A reflexão que esta edição de imediato suscita sobre a língua e a linguagem é prova de que estamos perante um sério trabalho de filologia que evoca a lição de Humboldt, ao mesmo tempo que reaviva a teoria de Paul de Man, de entre outros nomes contemporâneos de relevo, sobre a importância da filologia na revitalização dos estudos literários na atualidade, desde que liberta, na medida do possível, da interpretação e da especulação.

Para os leitores que recuam perante os escolhos de uma edição crítica como a publicada, o volume anuncia uma outra edição com ortografia atualizada e sem notas, a surgir na ‘Série Menor’ (assim postulando, sem subterfúgios, públicos distintos). À surpresa de uma nova edição de o LD, dois anos apenas após a de Teresa Sobral Cunha (Relógio d’ Água), vem juntar-se o «paradoxo» enunciado pelo próprio editor no texto de Apresentação do Tomo I: o de o LD, que tendo «mais de mil páginas [ser] uma edição mais volumosa que propõe um corpus textual mais reduzido e menos fragmentado» (p. 7). A simples consulta do Índice Geral, que consta do Tomo II, ilumina em parte tal paradoxo, ao deixar-nos entrever a hercúlea tarefa levada a cabo pelo perito

em crítica genética e textual que é Jerónimo Pizarro. De facto, o LD (o Texto Crítico), apresentado no Tomo I, ocupa apenas 424 páginas. no total das 1095 que constituem os dois tomos, havendo ainda a registar, no primeiro tomo, uma sucinta Apresentação (4 págs.) e dois Apêndices (79 págs.) O Tomo II, incorporando um «Estudo» inicial de 88 páginas e «Índices» – Índice topográfico; Índice de primeiras linhas e de títulos; Índice Geral (45 págs. ao todo) – é, sobretudo, constituído por um gigantesco Aparato Genético de 442 páginas. E é no percorrer deste último território textual que se reconhece o trabalho de rigor e exaustividade de um editor que veio, definitivamente, revolucionar a atividade editorial do espólio pessoano e mostrar quão lacunar, em todos os sentidos, é ainda, no século XXI, o nosso conhecimento da obra pessoana.

Se outros méritos não tivesse, este empreendimento da possível *restitutio textus* do LD, pelo monumental aparato crítico que o acompanha, contribui, paradoxalmente, para pôr a nu a falácia do *original* texto «pessoano» do LD que temos lido até agora (qualquer que seja a edição), ao colocar em alto relevo o papel ativo de todo o editor sempre que torna público um livro inédito, não organizado pelo autor, e, especialmente, quando esse «livro» tem de ser reconstruído a partir de fragmentos com variáveis graus de acabamento. A ostensiva visibilidade do editor (à imagem do que que acontece com a entidade do tradutor nas últimas déca-

das) poderia ser o sinal do fracasso do próprio projeto da edição crítica, ou melhor, da impossibilidade de publicação de um LD com uma assinatura mais pessoana do que a das edições anteriores. Mas, bem pelo contrário, esta edição crítica, pontuada com reproduções fac-similadas de manuscritos e datiloscritos de Pessoa criteriosamente selecionados, revela-se preciosa para qualquer estudioso do LD (e da obra de Pessoa em geral), não precisando o leitor, como diz JP a dado momento no Estudo inserido no Tomo II, de «acreditar por um acto de fé puro e simples, no Livro que [a] edição propõe» (p. 532). De facto, o Aparato Crítico é, em si mesmo, passível de um estudo autónomo, sendo o Aparato Genético uma abundante fonte de informações: sobre, por exemplo, o estado dos textos originais do LD, a relação destes com outros originais de Pessoa («relações de vizinhança»), as convergências e divergências em relação a outras edições, as diferentes configurações que o LD assumiu em muito pouco tempo, ou, obviamente, os suportes e materiais da escrita. Reconhecendo JP, no início do extenso Estudo inserido no Tomo II (onde o discurso assertivo coexiste com o discurso modalizante), que «toda a edição é uma hipótese de trabalho» (p. 517), e bem ciente da necessidade de uma justificação para uma nova proposta textual do LD, o editor alonga-se numa fundamentação metódica das suas opções editoriais, na descrição dos métodos utilizados, na exemplificação,

forneendo um manancial de dados e esclarecimentos que só o leitor *informado*, munido de certas competências literárias, poderá inteiramente apreender e gerir. Concorde-se ou não, dificilmente se poderia exigir mais explicações sobre as operações de *collatio* e de *eliminatio* realizadas ou sobre a atitude valorativa do editor face às edições do LD antes publicadas. De forma inequívoca, JP considera a edição de 1982 como uma espécie de edição *principis*, injustamente subsumida pelas que vieram depois, referindo-se inclusive a Maria Aliete Galhoz como *prima inter pares*. Mas o autor deixa também clara a sua dívida para com os anteriores editores do LD, cujas transcrições (mesmo com os lapsos e as imprecisões que lhes aponta) lhe permitiram um melhor entendimento dos originais que reexaminou. A «Tábua de concordâncias» (vide Tomo II), que contempla as edições de 1982, 1990-91, 1998 e 2008, evidencia bem os gigantescos *corpora* de testemunhos estudados bem como o impressionante trabalho comparativo efetuado. As razões para um novo LD são igualmente expostas em pormenor, destacando-se: *i*) a ausência de uma edição crítica, há muito reclamada por alguns estudiosos pessoais; *ii*) a datação o mais segura possível dos originais, visando, entre outros objetivos, clarificar melhor a questão dos dois livros e das duas fases do LD (bem cedo apontadas por Jorge de Sena); *iii*) a necessidade de rastrear, na medida do possível, as migrações textuais no LD

(de/para outros projetos pessoais); *iv*) o proceder a uma mais rigorosa identificação dos fragmentos destinados ao LD, e dos que, integrando-o nalgumas edições, não lhe pertencerão, contendo assim o que designa por «tendência inflacionária» do LD pós-1982. Possuindo um inquestionável conhecimento do espólio pessoal, a organização da edição crítica de o LD assenta, nas palavras claras do editor, em dois critérios fundamentais: o da objetividade e o da cronologia. Critérios, por conseguinte, nos antípodas dos de Richard Zenith, o mais conhecido apologista da ideia de que a construção do LD é da ordem do subjetivo, permitindo não só várias combinações, como até uma organização assente num princípio de aleatoriedade, com lugar para um volume com folhas soltas, passível de múltiplas combinações nas mãos do leitor empírico.

JP afasta-se explicitamente de uma organização do livro alicerçada na osmose semântica ou numa «montagem de atracções» (na expressão de outros críticos), como aquela que aproxima fragmentos em função do tema da «abdicação» e apoia-se num método sintetizado em frases-chave como: «a sua organização não responde a uma leitura subjectiva dos conteúdos das peças individuais, senão a um estudo cuidadoso de cada um dos suportes» (p. 9). Tal significou (como o próprio editor afirma), um trabalho arqueológico, de cariz detetivesco, de escrutínio de todas as «peças» analisadas: exame

pericial de agendas, de telegramas, de selos de correio, de notas soltas e heterogêneas; análise microscópica do tipo do papel, de marcas de água, da «irregularidade de um corte, a cor e o matiz da tinta» (p. 9). Considerando que são reconhecidos como originais do LD cerca de 500 fragmentos, é de relevar o labor deste método morelliano, que privilegiou o estudo de cada texto individual na sua fisicidade ou materialidade – trabalho elaborado na Biblioteca Nacional e com o apoio desta instituição. Método empírico, antes de mais, pela «conferência global de todas as peças, dispondo-as em simultâneo» (p. 9), «lado a lado em várias mesas» (p. 9), conducente à recolha e cruzamento de múltiplos dados, e que só o recurso a ferramentas informáticas permitiu processar de forma rigorosa, exaustiva e relativamente célere. Um método que não dispensou disciplinas como a «codicologia, a paleografia, a linguística, a literatura e a história» ou o estudo da caligrafia e de estilemas pessoais. E, de importância suprema na concretização de um projeto quase utópico, foi, sem dúvida, o olhar panótico do editor JP sobre o espólio pessoal, que lhe permitiu uma visão simultânea da parte e do todo, de factos textuais e extratextuais, quer relativos ao LD quer em relação a outros textos de Pessoa.

Do trabalho realizado por JP (e numa apresentação muito sumária) resultou: *i*) um texto crítico ordenado cronologicamente – com algumas datas conjecturais devidamente sinalizadas;

ii) a exclusão de poemas já atribuídos a Bernardo Soares em 1982; *iii*) a exclusão de provérbios erroneamente incluídos no LD (como o citado em o *Filme Desassossego*, de João Botelho); *iv*) a exclusão de muitas notas soltas, de destino incerto, mas já convencionalmente atribuídas ao LD; *v*) a opção de manter em estado de enigma vários textos até agora constantes de algumas edições do LD, e/ou de incluir outros acompanhados de sinais dubitativos anteriormente inexistentes; *vi*) a demonstração da existência de erros clamorosos como o que se propagou de edição em edição, em variantes mínimas, e reproduzido logo na primeira página da «Apresentação»: a transcrição do segmento «O Grande Livro como dizem os franceses (1-82)» por «O Grande Livro que diz quem fomos» ou «O Grande Livro que diz que somos», ou ainda «O Grande Livro que diz que fomos»; *vii*) a mostra de que «alguns poemas terão inspirado algumas prosas, e vice-versa», tornando assim visível, logo na sua gênese, a porosidade e transmutação genológica de certos textos e projetos pessoais, de que a contiguidade do material da escrita é um claro indício.

Como JP explica, o seu trabalho contemplou quatro domínios (e mudanças): «de verbo (palavras), de corpo (os fragmentos selecionados), de forma (a organização) e de ‘veste’ (a ortografia)» (p. 518). As divergências em relação às edições anteriores examinadas são particularmente notórias no que diz respeito ao «corpo» e «forma» do LD. JP,

ao proceder a uma ordenação por data, tão aproximada quanto possível (e em relação à década de 1910 muitas dúvidas permanecem em aberto), desvia-se da arrumação dos fragmentos por manchas temáticas, daí resultando um texto menos unitário e até menos compacto (na mancha gráfica) do que nalgumas edições precedentes, apesar da junção de fragmentos dispersos, «quando não havia motivos materiais importantes» (p. 525) para a sua separação. Aliás, a transcrição que JP faz dos traços horizontais usados por Pessoa (em conjunção com os fac-símiles e os signos diacríticos) potencia a visão de um texto mais descontínuo, menos sequencial (dir-se-ia, mais polimórfico), como se esses traços indiciassem diferentes camadas de um texto mutante, averso à linearidade da escrita e à fixação no suporte material do livro.

Para qualquer estudioso de Pessoa, a riqueza de variantes lexicográficas e de outras unidades mínimas, riscadas, rasuradas, mas não apagadas pelo poeta – e agora mostradas ao leitor –, são também um desafio a leituras futuras que explorem as inúmeras matizes semântico-semióticas inscritas nessa escrita *sous rature*. O próprio editor, no estudo introdutório incluído no Tomo II, se detém no cotejo de variantes para evidenciar o modo como as hesitações de Pessoa podem iluminar a sua *po(i)ética*, insistindo na complementaridade entre o Texto Crítico e o Aparato Genético. Dentro de um vasto paradigma, Pes-

soa escolheu algumas formas e, tendo em conta o *work in progress* que o LD foi, nada assegura que o processo de permutabilidade ao nível morfológico não resgatasse dos bastidores as «virtualidades sacrificadas», para usar uma expressão de Genette a propósito da poética de Paul Valéry. Nesse sentido, impõe-se que o aparato de variantes seja deslocado das margens do Texto Crítico (i.e., do «Aparato Genético») e possa ser apreendido quase num processo de co-simultaneidade. O que, em última instância, significa, antes de qualquer abordagem hermenêutica, semiótica ou outra, uma *transposição* do suporte livro para o suporte digital, mais apto *a priori* a dar conta das várias camadas de significantes de um texto pluridimensional, com múltiplas linhas de fuga como é o LD. Mas, uma vez operado esse processo, é o próprio «texto» que se altera, antevendo-se, entre outros efeitos, uma acentuação do (seu) caráter caleidoscópico e uma mais clara galáxia de textos. Dir-se-ia que faz todo o sentido que o LD tenha tido a sua primeira edição em 1982, já na era da cultura digital, como que aguardando um tempo mais adequado à sua natureza rizomática e instável. Compreende-se que neste suporte a permutabilidade dos textos do LD advogada por Richard Zenith continue a ser viável, tanto mais que a ordenação cronológica não conduz à transformação do livro num Diário, nem elimina a indeterminação genológica do mesmo. Um «livro» dado a ler e a

ver no século XXI em hipermédia será ainda mais do leitor do que do autor e do(s) editor(es), permitindo entradas aleatórias e estudos diversificados sobre fragmentos autónomos (prática crítica esta recente), tanto mais pertinentes e fecundos se, com Irene Ramalho Sousa Santos e Helena Buescu, filirmos o LD no modo lírico. Curiosamente, a ordenação à margem da pura contiguidade temática torna ainda mais notórias as ressonâncias, as reverberações, os ecos, as rimas internas, os paralelismos, em suma, a qualidade rítmico-musical das páginas em prosa do LD. Há fortes razões para crer na concretização do intento de JP: que esta edição crítica possa servir de incentivo a estudos críticos sobre esta «obra» de Pessoa, que, estranhamente, são em número escasso, não fazendo jus à sua popularidade aquém e além fronteiras. Se a vertente musical da obra pessoana já tem sido objeto de atenção por parte de subtis olhares interartísticos (como o de Patrick Quillier), é possível – e desejável – que venha a ser aprofundada face a uma edição como esta. Não será demais lembrar que a música e a literatura (em última instância, apenas a literatura) eram para Pessoa, as únicas artes que perdurariam, estando, a seu ver, artes como a pintura, a escultura e a arquitetura votadas à extinção.

Embora não adiante muitas sugestões para estudos vindouros, JP avança, com justeza, a propósito da proximidade entre os poemas da série *Chuva de Ouro* e «a poética inicial do *Livro*»

(p. 553), com a ideia de que falta explorar a relação entre a prosa e a poesia pessoanas.

Da leitura desta edição crítica de o LD parece claro que ela não representa um ponto de chegada, uma versão definitiva, mas antes um ponto de partida, ou de recomeço para novos trabalhos críticos e mesmo editoriais, pois, com JP, concordamos que «[u]m texto em construção é um sendeiro de caminhos que se bifurcam e as notas do Aparato Genético revelam essa realidade» (T II: 528). Para o editor, o Aparato Genético será determinante para que se possa compreender um dos muitos mistérios pessoanos: «como um dos livros canónicos da literatura portuguesa foi mudando com o tempo, como foi canonizado antes ter alcançado uma relativa estabilidade» (T I: 10). Mas mais do que este mistério – passível de explicação metonímica pelo nome do Autor (poeta) e da redução do LD a uma espécie de manual de auto-ajuda (e basta deambular um pouco pela blogosfera para captarmos essa função) – talvez a edição crítica possa contribuir para iluminar a natureza desta obra pessoana, à qual Rui Lage, em resposta a um inquérito do blogue *Os Livros Ardem Mal* (iniciativa do Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra e do Teatro Académico de Gil Vicente) se refere como «uma espécie de milagre que não mais voltou – nem voltará – a repetir-se». Nessa altura, Lage diz ainda (e vale a pena lembrar) que «Portugal não se orgulha o suficiente

da única obra engendrada neste insignificante rectângulo que se pode medir, sem medo, com os *Essais* de Montaigne, os *Pensées* de Pascal, as *Confessions* de Rousseau, as *Mémoires d'outre-tombe* de Chateaubriand, e por aí fora, ficando somente pela *Gália*, ultrapassando-os, como se não bastasse, a todos.»

A edição crítica do LD, elaborada com um rigor crítico que não exclui a paixão por parte de Jerónimo Pizarro, é, em si mesma, sinal de uma revalorização sem igual até ao momento presente do LD, cujas consequências são ainda difíceis de divisar. Só um olhar atento sobre o *Texto Crítico* e sobre o *Aparato Crítico* poderá levar-nos a perceber que este último *Livro do Desassossego* é, sem dúvida alguma, um dos acontecimentos mais notórios no campo editorial do ano de 2010.

Maria de Lurdes Sampaio

**FERNANDO PESSOA E NIETZSCHE:
O PENSAMENTO DA PLURALIDADE
NUNO RIBEIRO
Lisboa, Verbo, 2011
116 páginas, ISBN 978-972-2230-35-3**

Nos dois principais movimentos que o constituem, o livro de Nuno Ribeiro propõe uma abordagem de alguns mecanismos de desagregação que subjazem e regulam o pensamento de Fernando Pessoa e de Friedrich Nietzsche e o colocam sob o signo comum da pluralidade. Trata-se de um volume com

116 páginas cuja breve «Apresentação» destaca a moderna «fragmentação de princípios unitários» como terreno comum partilhado pelos dois autores em estudo e justificando o diálogo da filosofia com a literatura.

Na primeira parte («a escrita pluralista») aborda-se essencialmente o modo como Nietzsche e Pessoa postularam o sujeito como «multiplicidade» (21), sendo as operações de perspetivismo do filósofo alemão e de heteronímia do poeta português a sua expressão privilegiada. Reconhecendo, nas «personagens conceptuais» (16) do autor de *Assim falava Zarathustra* e na criação de «personalidades heteronímicas, semi-heteronímicas e sub-heteronímicas» (15) de Pessoa sinais de uma «estética da pluralidade», o autor procura indagar esse fenómeno estético e compositivo noutras formas e forças de escrita. A questão crítica da relação entre heteronímia e perspetivismo é observada a partir da noção de sujeito como corpo e de corpo como multiplicidade, presente nos dois conceitos. «Pluralidade de forças» – «impulsos, afectos e instintos» (22) – em Nietzsche; já nos textos de cariz político de Fernando Pessoa, a noção se afigura de maior complexidade mormente configurando bases para uma «genealogia da heteronímia» (27). Hierarquicamente organizados, perspetivismo e heteronímia decorrem de idêntico movimento e processo caleidoscópico «que faz nascer constantemente novas perspectivas e dá constantemente origem a